

Sumário

Capítulo I ▶ LIÇÕES PRELIMINARES	23
1. Introdução	23
2. Proteção integral e absoluta prioridade.....	24
3. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito	26
4. Conceito de criança e de adolescente	27
5. Aplicação do Estatuto a quem já completou a maioridade	27
6. Interpretação do Estatuto.....	28
7. Competência legislativa	29
Capítulo II ▶ DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	31
1. Dignidade da pessoa humana	31
2. Direito à vida e à saúde	32
2.1. Substituição da prisão preventiva pela domiciliar.....	36
3. Identificação adequada	37
4. Programa nacional de triagem neonatal.....	39
5. Maus-tratos, castigo FÍSICO e tratamento cruel OU DEGRADANTE – comunicação ao Conselho Tutelar	40
6. Preocupação com entrega da criança à adoção.....	40
7. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	41
8. Direito à educação sem castigo físico, tratamento cruel ou degradante	44
9. Políticas públicas da primeira infância.....	46
10. Depoimento sem dano.....	49
11. Prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.....	56
11.1. Caracterização da violência doméstica e familiar.....	56
11.2. Atendimento	59
11.3. Procedimentos.....	60
11.4. Crimes	62
12. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual.....	62
Capítulo III ▶ DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	67
1. Introdução	67
2. Convivência familiar.....	67
3. Permanência fora do convívio familiar – limites.....	70
4. Entrega do filho para adoção.....	73
5. Apadrinhamento	74
6. Igualdade de direitos entre os filhos.....	76

7.	Poder familiar	76
7.1.	Repercussões jurídicas do abandono afetivo	80
7.2.	Alienação parental	81
8.	Carência de recursos materiais.....	82
9.	Condenação criminal	83
10.	Processo judicial contraditório para perda ou suspensão do poder familiar	85
11.	Família natural	85
12.	Reconhecimento de filho e de estado de filiação	87
Capítulo IV ► FAMÍLIA SUBSTITUTA.....		91
1.	Introdução.....	91
2.	Diretrizes gerais sobre a colocação em família substituta.....	91
2.1.	Oitiva da criança e do adolescente	91
2.2.	Preferência por família substituta com relação de parentesco	92
2.3.	Grupos de irmãos.....	92
2.4.	Criança ou adolescente indígena ou de origem quilombola	92
2.5.	Incompatibilidade e ambiente inadequado	92
2.6.	Impossibilidade de transferência para terceiros.....	93
2.7.	Família substituta estrangeira.....	93
3.	Guarda.....	93
3.1.	Classificação.....	95
3.2.	Direito de visitação dos pais	97
3.3.	Guarda e dependência econômica	97
3.4.	Guarda e benefícios previdenciários.....	97
4.	Tutela.....	99
5.	Adoção	101
5.1.	Classificação.....	102
5.1.1.	<i>Adoção conjunta</i>	102
5.1.2.	<i>Adoção unilateral</i>	102
5.1.3.	<i>Adoção póstuma</i>	102
5.1.4.	<i>Adoção intuitu personae</i>	103
5.1.5.	<i>Adoção internacional</i>	103
5.1.6.	<i>Adoção à brasileira</i>	103
5.2.	Principais características	105
5.2.1.	<i>Excepcionalidade da medida</i>	105
5.2.2.	<i>Vínculos decorrentes da adoção</i>	105
5.2.3.	<i>Natureza jurídica</i>	106
5.2.4.	<i>Idades do adotante e do adotando</i>	107
5.2.5.	<i>Judicialização da adoção</i>	107

5.2.6. Prioridade de tramitação dos processos de adoção	107
5.2.7. Prevalência dos interesses do adotando	108
5.2.8. Prazo de conclusão do processo de adoção	108
5.3. Vedações	108
5.3.1. Vedação à adoção por procuração	109
5.3.2. Vedação à adoção por ascendentes e irmãos	109
5.3.3. Vedação à adoção decorrente de tutela ou curatela	110
5.4. Peculiaridades	110
5.4.1. Adoção por casal homoafetivo	110
5.4.2. Adoção do nascituro	111
5.4.3. Dupla paternidade x adoção unilateral	112
5.4.4. Multiparenatalidade e efeitos sucessórios	112
5.5. Requisitos	113
5.5.1. Consentimento dos pais e do adolescente	113
5.5.2. Estágio de convivência	114
5.6. Cadastros	114
5.6.1. Hipóteses de adoção fora do cadastro de postulantes	117
5.7. Adoção internacional	119
5.7.1. Conceito de adoção internacional	120
5.7.2. Requisitos para concessão da adoção internacional	120
5.7.3. Habilitação para adoção internacional	121
5.7.4. Organismos internacionais de adoção	122
5.7.5. Adoção realizada no exterior	124
5.8. Efeitos da adoção	126
5.9. Direito de conhecer a origem biológica	128
6. Quadro comparativo entre guarda, tutela e adoção	128
Capítulo V ► EDUCAÇÃO	131
1. Introdução	131
2. Garantias do Direito à educação	131
3. Deveres do poder público quanto ao direito à educação	133
4. Peculiaridades e interpretações jurisprudenciais sobre o direito à educação	135
4.1. Ensino domiciliar (<i>homeschooling</i>)	135
4.2. Princípio da reserva do possível	136
4.3. Escola em período integral	137
5. Comunicação ao Conselho Tutelar	137
6. Exigência de certidão de antecedentes criminais para trabalho com crianças e adolescentes	137
Capítulo VI ► PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO	139
1. Introdução	139

2. Idade mínima para trabalho	139
3. Proteção ao trabalho do adolescente.....	140
Capítulo VII ► PREVENÇÃO	145
1. Introdução.....	145
2. Prevenção referente à informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos	147
2.1. Classificação indicativa – inconstitucionalidade declarada pelo STF.....	149
3. Prevenção à venda de produtos e serviços	149
4. Autorização para viajar	151
4.1. Viagem ao exterior.....	152
4.2. Autorização para viagem ao exterior e Resolução nº 131/2011 do CNJ.....	152
Capítulo VIII ► POLÍTICA DE ATENDIMENTO	155
1. Introdução.....	155
2. Histórico sobre a política de atendimento	155
3. Política de atendimento atual	156
3.1. Linhas de ação e diretrizes.....	157
4. Entidades de atendimento	162
4.1. Registro das entidades junto ao Conselho Municipal	164
4.2. Entidades voltadas ao acolhimento institucional e familiar	165
4.2.1. Princípios das entidades de acolhimento	165
4.2.2. Fiscalização das entidades de acolhimento: audiências concentradas ...	167
4.2.3. Dirigente da entidade: guardião.....	167
4.3. Entidades voltadas à internação	167
5. Fiscalização das entidades	169
Capítulo IX ► MEDIDAS DE PROTEÇÃO.....	171
1. Introdução.....	171
2. Situação de risco.....	171
3. Agentes.....	172
4. Rol de princípios.....	172
5. Medidas específicas de proteção.....	175
6. Acolhimento.....	176
6.1. Características	176
6.2. Guia de acolhimento	177
6.3. Plano individual de atendimento.....	177
6.4. Cadastro de crianças e adolescentes em programas de acolhimento.....	178
7. Proteção à vítima de abuso sexual	179
8. Regularização do registro	179
9. Situação de risco e fixação de competência.....	180
10. Medida de proteção X Medida socioeducativa	180

Capítulo X ▶ PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL: DIREITOS E GARANTIAS	183
1. Introdução	183
2. Conceito de crime	183
3. Tempo do ato infracional/crime	183
4. Aplicação de medida socioeducativa	184
5. Direitos individuais	185
5.1. Privação de liberdade	185
5.2. Identificação dos responsáveis pela apreensão e informação sobre seus direitos	186
5.3. Comunicação à família	186
5.4. Liberação imediata	187
5.5. Prazo de internação provisória	187
5.5.1 <i>Prazo de internação provisória e a pandemia de coronavírus</i>	189
5.6. Identificação compulsória	190
5.7. Não ser conduzido em compartimento fechado de veículo policial	190
5.8. Vedação de cumprimento da internação em estabelecimento prisional	190
6. Garantias processuais	191
Capítulo XI ▶ MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	195
1. Introdução	195
2. Rol de medidas socioeducativas	195
3. Objetivos	196
4. Principais características	196
4.1. Requisitos para escolha da medida socioeducativa	196
4.2. Vedação de trabalhos forçados	197
4.3. Tratamento diferenciado para os portadores de deficiência mental	197
4.4. Cumulação e substituição de medidas	198
4.5. Comprovação de autoria e materialidade da infração	198
4.6. Idade máxima para cumprimento de medidas socioeducativas	199
4.7. Prescrição de medidas socioeducativas	200
4.8. Princípio da insignificância	201
5. Advertência	202
6. Obrigação de reparar o dano	203
7. Prestação de serviços à comunidade	203
8. Liberdade assistida	204
9. Semiliberdade	205
10. Internação	206
10.1. Princípios pertinentes à internação	207
10.2. Realização de atividades externas	208
10.3. Prazo de cumprimento da medida	209

10.4. Sistemática de aplicação da medida de internação	213
10.4.1. Ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa	214
10.4.2. Reiteração no cometimento de outras infrações graves	216
10.4.3. Descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta – regressão.....	217
10.5. Característica do período de cumprimento da internação	219
Capítulo XII ▶ REMISSÃO	223
1. Introdução	223
2. Momento para concessão da remissão	223
3. Características	224
Capítulo XIII ▶ MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS E RESPONSÁVEIS.....	227
1. Introdução.....	227
2. Medidas.....	227
Capítulo XIV ▶ CONSELHO TUTELAR.....	231
1. Introdução	231
2. Características.....	231
3. Composição e características dos integrantes.....	232
4. Atribuições	234
Capítulo XV ▶ JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	237
1. Introdução	237
2. Aspectos gerais do acesso à Justiça	237
2.1. Acesso à Justiça e direito de petição infanto-juvenil	237
2.2. Assistência jurídica gratuita	238
2.3. Gratuidade nos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude.....	240
2.4. Capacidade civil, capacidade processual e curadoria especial	240
2.5. Divulgação de atos referentes a crianças e adolescentes.....	241
3. Justiça da Infância e da Juventude	242
4. Competência	243
4.1. Competência territorial	243
4.2. Competência material	244
4.3. Competência para regular da presença de crianças e adolescentes em eventos	245
4.4. Delegação do cumprimento de medidas.....	247
4.5. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça Federal.....	248
4.6. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça do Trabalho	248
4.7. Aplicação de infrações administrativas	249
4.8. Ampliação da competência por lei estadual.....	249
5. Serviços auxiliares	253

Capítulo XVI ▶ PROCEDIMENTOS	255
1. Introdução	255
2. Características gerais	256
2.1. Aplicação subsidiária da legislação processual.....	256
2.2. Prioridade na tramitação de processos	256
2.3. Contagem de prazos	257
2.4. Flexibilidade procedimental.....	258
3. Perda ou suspensão do poder familiar	258
3.1. Legitimidade ativa	258
3.2. Petição inicial.....	259
3.3. Concessão de liminar	259
3.4. Citação e defesa.....	260
3.5. Instrução processual	261
3.6. Sentença	262
3.7. Prazo de conclusão do procedimento	262
4. Destituição de tutela.....	263
5. Colocação em família substituta	263
5.1. Procedimento simplificado de colocação em família substituta	264
5.2. Procedimento litigioso de colocação em família substituta.....	265
5.3. Cumulação do pedido expresso de destituição do poder familiar para adoção	266
6. Habilitação dos pretendentes à adoção	266
7. Apuração de irregularidades em entidade de atendimento	271
8. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.....	273
9. Infiltração de agentes de polícia para investigação de crimes	273
Capítulo XVII ▶ APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	275
1. Introdução	275
2. Apreensão e encaminhamento.....	275
3. Providências na autoridade policial em caso de flagrante de ato infracional.....	276
4. Ministério Público.....	276
4.1. Encaminhamento	276
4.2. Formação da convicção do Ministério Público	277
4.3. Possíveis medidas do Ministério Público.....	278
4.3.1. Arquivamento X Remissão.....	278
4.3.2. Representação para aplicação de medida socioeducativa.....	280
4.3.3. Prova pré-constituída	281
4.3.4. Representação da vítima para propositura da demanda – desnecessidade.....	282
5. Prazo de conclusão do procedimento	283

6.	Citação e designação de audiência de apresentação	283
6.1.	Providências para realização da audiência de apresentação.....	283
6.2.	Audiência de apresentação	285
6.3.	Defesa prévia	287
6.4.	Audiência em continuação	288
7.	Sentença.....	288
7.1.	Vedação de internação é diferente de absolvição.....	290
8.	Termos jurídicos próprios do Estatuto	291
Capítulo XVIII ▶ RECURSOS.....		293
1.	Introdução.....	293
2.	Preparo	293
3.	Prazos.....	294
4.	Tramitação prioritária dos recursos.....	296
5.	Apelação.....	297
5.1.	Juízo de retratação.....	297
5.2.	Efeitos.....	298
5.3.	Cabimento contra portarias e alvarás.....	301
5.4.	Ampliação do colegiado (CPC, art. 942) e vedação da <i>reformatio in pejus</i> ..	301
Capítulo XIX ▶ MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E TUTELA DE DIREITOS.....		303
1.	Ministério Público.....	303
1.1.	Introdução	303
1.2.	Rol de atribuições	303
1.3.	Atuação do Ministério Público na Justiça da Infância e Juventude	305
1.4.	Prerrogativa.....	306
2.	Advocacia	306
3.	Tutela de direitos individuais e coletivos	307
3.1.	Introdução	307
3.2.	Legitimidade	308
3.3.	Competência.....	310
3.4.	Litissocórcio de Ministérios Públicos.....	310
3.5.	Amplitude de instrumentos processuais	310
Capítulo XX ▶ CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS		311
1.	Introdução.....	311
2.	Leis penais e processuais penais.....	311
3.	Ação pública incondicionada	311
4.	Prescrição de crimes praticados contra crianças e adolescentes	312
5.	Inaplicabilidade de regras mais benéficas ao autor de crimes contra crianças e adolescentes.....	312

6. Reincidência para crimes de abuso de autoridade.....	312
7. Crimes em espécie.....	313
8. Infrações administrativas.....	328
8.1. Prescrição de infrações administrativas.....	329
8.2. Infrações administrativas em espécie	330
Capítulo XXI ► SINASE.....	339
1. Introdução	339
2. Objetivos das medidas socioeducativas.....	340
3. Conceitos básicos.....	341
4. Repartição de competências e atribuições.....	341
4.1. União.....	341
4.2. Estados	343
4.3. Municípios.....	344
4.4. Distrito Federal.....	345
5. Plano de Atendimento Socioeducativo.....	345
5.1. Avaliação do Plano de Atendimento.....	346
6. Programas de atendimento	347
6.1. Inscrição dos programas.....	347
6.2. Programas de meio aberto	348
6.3. Programas de privação de liberdade.....	349
6.4. Responsabilização	349
7. Financiamento	350
8. Execução de medidas socioeducativas	350
8.1. Princípios	350
8.2. Direitos individuais.....	351
8.3. Procedimentos.....	353
8.3.1. <i>Características</i>	353
8.3.2. <i>Plano individual de atendimento</i>	355
8.3.3. <i>Reavaliação e substituição da medida ou do plano individual de atendimento</i>	356
8.3.4. <i>Nova imposição de medida no curso da execução</i>	358
8.3.5. <i>Direito de visita a adolescente em unidade de internação</i>	360
8.3.6. <i>Extinção da medida socioeducativa</i>	361
9. Direito à saúde durante o cumprimento da medida.....	364
9.1. Diretrizes	364
9.2. Ligação do direito à saúde com o SUS.....	364
9.3. Mãe adolescente e o direito à amamentação	365
9.4. Adolescente com transtorno mental e dependência química	365
10. Regime disciplinar.....	365
BIBLIOGRAFIA.....	367